

O MST enquanto organização popular e movimento de transformação social

Año
2013

Autor
Rodrigues Silva

Este documento está disponible para su consulta y descarga en el portal on line de la Biblioteca Central "Vicerrector Ricardo Alberto Podestá", en el Repositorio Institucional de la **Universidad Nacional de Villa María**.

CITA SUGERIDA

Rodrigues Silva, Felix da Silva, E. y Magalhães Momteiro, A. D. (2013). *O MST enquanto organização popular e movimento de transformação social*. Villa María: Universidad Nacional de Villa María



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional

- Título: O MST enquanto organização popular e movimento de transformação social
- Número de mesa 2: movimentos sociais e organizações populares

Primeiro autor: Rodrigues Silva

Endereço: Rua Monsenhor Otaviano, nº 180, bairro Centro, Ladainha –MG/Brasil/
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM / Cruzeiro, nº 1,
bairro Jardim São Paulo / Teófilo Otoni / marimariane98@hotmail.com

Segundo autor: Edilene Felix da Silva

Endereço: Rua Dom Pedro II, nº181, bairro Floresta, Poté- MG /Brasil Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM / Rua Cruzeiro, nº 1, bairro
Jardim São Paulo / Teófilo Otoni / edilene_felixsilva@hotmail.com

Terceiro autor: Magalhães Monteiro, Audrey D.

Endereço: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM / Rua
Cruzeiro, nº 1, bairro Jardim São Paulo/ 39803-371 / Teófilo Otoni, Brasil /
audreymagalhaes@gmail.comMariane

O MST enquanto organização popular e movimento de transformação social

Audrey Dultra Magalhães Monteiro ¹

Edilene Felix da Silva²

Mariane Rodrigues Silva³

Resumos: Este artigo teve por fundamento, estudar as questões acerca do movimento dos trabalhadores sem terra- MST no Brasil, enquanto movimento social de organização popular de politização e frente política na luta pela reforma agrária. É sabido que no Brasil a questão agrária é uma realidade, uma realidade que aprofunda a miséria e a pobreza para aqueles que necessitam da terra para dela extrair sua forma subsistência. O

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM

³ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha Mucuri/UFVJM

MST foi sem dúvida um importante protagonista nas conquistas adquiridas, principalmente enquanto frente de politização de um modelo que busca o desenvolvimento hegemônico no Brasil, principalmente nos temas referentes a terra e a busca pela reforma agrária. Este movimento surgiu no Brasil no final da década de 1970 e se constituiu um dos mais importantes movimentos populares da história do Brasil e que a partir da década de 1990 vai cumprir papel primordial na busca pelo desenvolvimento hegemônico no país. Neste contexto a luta do MST veio num acirramento da questão agrária e luta incessante pela reforma agrária e de transformação social.

Palavras-chave: movimento social, MST, reforma agrária

A origem dos movimentos sociais: um olhar para a história

Os principais registros históricos com relação aos movimentos sociais trazem em sua trajetória um marco histórico mundial que se convencionou chamar de Revolução Industrial em que marcou a transição do sistema feudal para o capitalismo numa nova forma de organização da produção e do mundo do trabalho porém, dando continuidade a exploração do trabalho humano.

Historicamente, desde a instituição da propriedade privada dos meios de produção se estabeleceu as relações de produção de exploração da força de trabalho do homem por outro homem, incluída em um processo dialético de desenvolvimento das forças produtivas(...) (Elias,2012, p.3)

A Revolução Industrial se iniciou século XVIII primeiramente na Inglaterra e posteriormente em outros países se alastrando por toda Europa devido o desenvolvimento das novas formas de produção e também de organização do mundo do trabalho. Este processo marca a transição da manufatura para indústria. Segundo Montañó, Duriguetto (2011), neste processo os trabalhadores passaram a ser concentrados em um mesmo espaço produtivo, sendo denominados operários, pois, operavam máquinas, assim há generalização do trabalho assalariado, diversas formas de exploração e superexploração do trabalho e a concentração do lucro nas mãos dos proprietários detentores dos meios de produção.

Com o advento da Revolução Industrial e ascensão da burguesia, as novas fontes de energia e o aperfeiçoamento das máquinas permitiu um aumento na produção e especialização do trabalho representou também segundo Morissawa (2001) uma mudança na economia, pois a terra não era mais a única fonte de riqueza, a produção nas fábricas consolidou o capitalismo. Neste mesmo período, com a crescente industrialização, a burguesia necessitava de um número maior de trabalhadores Morissawa (2001, p26):

Onde consegui? O capitalismo em expansão, com o grande aumento das populações nas cidades, estimulou os fazendeiros a ampliarem sua área de cultivo. Para isso eles ocuparão a terra onde os moravam os camponeses(...) obrigarão grande parte dos camponeses a ir viver na cidade. Aqui um novo êxodo rural. Para não morrerem de fome, eles tiveram de resignar-se a trabalhar nas fábricas, em troca de pequenos salários.

Dentro deste turbilhão de mudanças que vinham ocorrendo, as explorações eram diversas, as jornadas de trabalho chegava a 16 horas diárias, isto incluía crianças e mulheres no chão das fábricas. As moradias não ofereciam condições mínimas de habitação. “por volta de 1820, em Londres, a cidade mais industrial da Inglaterra, a idade média de vida dos operários era de 21 anos. Os patrões viviam três vezes mais. Crianças de 5 anos já trabalhavam em fábricas, nas piores condições” (Montaño, Duriguetto, 2011 apud Giannotti, 2007, p29).

Com toda esta intensificação do trabalho, da exploração dos trabalhadores, estes em resposta, começaram a se reunir, e fundaram o movimento Cartista que foi um movimento de operários na Inglaterra, tido como primeiro movimento político de trabalhadores.

Muitos trabalhadores eram presos e até mortos pela polícia durante graves e manifestações. A partir de 1830, operários, artesãos e até pequenos burgueses formaram o movimento chamado cartismo, cuja principal reivindicação era o direito ao voto para todos os homens (...) o movimento cartista organizou comícios gigantescos em Londres, mais foi somente em 1867 que os operários especializados e a pequena burguesia conquistaram o direito ao voto (MORISSAWA, 2001, p27).

Entretanto, este processo foi sem dúvida árduo, uma vez que em vários países como França até 1864, Alemanha até 1890, foram consideradas ilegais greves que reivindicavam a redução da jornada de trabalho, os que resistiam e insistiam em fazê-la ou motivá-la, eram duramente destroçados pela polícia.

Em suma, as revoluções marcaram as primeiras tomadas de consciência da classe trabalhadora, lutando por melhores condições de trabalho, de salário, de um projeto sociopolítico em contraposição a burguesia (Montaño, Duriguetto, 2011), trazendo na história as primeiras formas de organizações de movimentos sociais.

A Revolução Industrial deu início às lutas operárias no mundo. No começo, artesãos invadiram fábricas e destruíram máquinas (...) essa ação simbolizava a revolta dos artesãos contra a indústria moderna, contra as máquinas que representavam a sua ruína e sua submissão ao trabalho nas fábricas (MORISSAWA, 2001, p26).

Foi sucintamente explicado como o processo de industrialização, de organização da produção e da exploração da força de trabalho contribuiu para a formação dos primeiros movimentos sociais. A seguir será trabalhado como estes movimentos vão se dar no Brasil com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), principal movimento social no Brasil.

O surgimento dos movimentos sociais no Brasil

É considerável que ao longo da história a luta e o surgimento dos movimentos sociais estão ligados à luta pela igualdade política e econômica. A luta da terra também representou motivos pelos quais vários movimentos sociais surgiram e no Brasil não foi diferente.

Falar sobre a formação de movimentos sociais no Brasil implica falar sobre o quanto as principais frentes de organizações estão ligadas à luta da terra, ou seja, a reforma agrária. Entretanto, é sabido que o Brasil possui uma extensão territorial imensa com diversos movimentos que não se restringem apenas às questões inerentes à terra, porém infelizmente não são cabíveis ao debate aqui proposto.

Retomando as discussões aqui pertinentes, a formação dos principais movimentos sociais da história brasileira, estão intrinsecamente ligados à busca pela reforma agrária. Sendo assim, faz-se pertinente salientar que a inserção do Brasil no capitalismo mundial vem desde o período da colonização, onde as terras brasileiras pertenceram a outro país por mais de trezentos anos e depois foram praticamente dadas aos outros poderosos excluindo milhares de famílias (Morissawa, 2001). Portanto, as terras brasileiras possuíam uma função de extrair o café, o algodão, a cana-de-açúcar em um regime de

monocultura denominado também como *plantation*. Com isso, mesmo com o fim do regime de exploração brasileira por parte de Portugal, não fez com que o Brasil superasse as velhas formas de posse e opressão, trazendo nos dias atuais e historicamente problemas sérios no que diz respeito a posse da terra e as formas como esta é distribuídas no país.

Historicamente, desde o período colonial, o Brasil teve uma economia advinda da monocultura, ou seja, a exploração da terra enquanto meio de sustento humano e econômico, este que é pilar constituinte da história brasileira a mais de três séculos. O que era produzido na terra, enquanto economia era escoada para fora, sendo direcionada metrópole no período colonial.

A inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência desde o período colonial, do século XVI ao XVIII. Como a maioria dos países da América Latina, tinha fundamentalmente a função de realizar a extração de minério, madeira, borracha e grandes plantações de monocultura de algodão, café, cana-de-açúcar, dentre outros, para exportação no sistema *plantation*. Assim, o Brasil foi se tornando, naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos. (ELIAS, 2012 p5)

Tal processo resguarda seus resquícios ainda nos dias atuais fazendo com que o país não consiga superar as formas de exploração dos tempos coloniais, fazendo-os apenas de forma maquiada e legalizada realizando exploração da terra e escravidão dos trabalhadores num sistema econômico injusto, desigual, que vive em constantes crises e engole a força de trabalho sugando os lucros vindos dela. Trazendo uma enorme e profunda diferença entre as camadas sociais gerando o que é chamando contradição capital trabalho. A questão da terra não se difere deste problema, uma vez que a terra é também uma das varias facetas de desigualdades geradas no sistema capitalista. O exemplo disto vê-se os grandes centros latifundiários.

Todo este processo que veio com a abolição da escravatura, resultou numa tomada de terra exacerbada, em que quem possuía mais terra, possuiria também o poder político, econômico e social naquela época. Mesmo com a abolição da escravatura os trabalhadores se mantinham escravos, mas não porque queriam e sim por falta de opção, pois não possuíam terra para morar e plantar, como poderiam sobreviver e sustentar suas famílias. Pois bem, continuavam nas grandes propriedades para trabalhar em troca

de comida e moradia, muitos acabavam por acumular dívidas que jamais seriam capazes de pagar aos senhores do café.

A acumulação de terra por parte de poucos veio se dando desta forma. As grandes desigualdades agrárias foram apenas se aprofundando. Segundo Romeiro (2004 p128):

Desde a abolição da escravatura, o Brasil perdeu várias oportunidades históricas de resolver sua questão agrária, garantindo amplo acesso a terra para a população rural. Infelizmente, as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis, sempre conseguiram bloquear as tentativas de solução propostas por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as conseqüências a longo prazo da brutal concentração dos recursos fundiários nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terra e de gente.

Assim sendo, reconhecendo a questão agrária como um problema sério na realidade brasileira, uma realidade que vem a aprofundar as desigualdades, pobreza e miséria, vieram a surgir os primeiros movimentos sociais de organização política no Brasil com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra). Diante das expressões geradas pela questão da terra, os movimentos sociais populares no campo vão emergir e adquirir consciência política a partir de 1960 como às ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), que tiveram um importante papel no período de 1954 a 1962 na organização de sindicatos de trabalhadores rurais (Elias, 2012).

Já no final de 1970, se inicia a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), na qual segundo Montaño, Duriguetto (2011), é um movimento social de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina, este reconhecimento se deu devido a sua estrutura organizativa, formas de manifestação e expressão de suas reivindicações e lutas na qual contribuíram para publicizar e politizar o tema da questão agrária.

O MST é um movimento que faz luta política porque a luta pela terra, pela reforma agrária, é parte da luta pelas transformações mais amplas. Não acreditamos que a reforma agrária possa ser realizada dentro das condições da correlação de forças existentes no Brasil. Se a elite quisesse ter feito, teria tido a oportunidade, mas isso não lhes interessa. A luta pela reforma agrária adquire um conteúdo político, ideológico no momento em que você entende que ela é parte das lutas mais amplas por transformações sociais bem mais profundas no Brasil. (ELIAS, 2012 apud MAURO, 1999:209 -210).

Em suma, a partir da década de 1990, o MST vai cumprir no Brasil um importante papel de politização e enfrentamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico no país nesse sentido, a luta por reforma agrária, num contexto de acirramento da questão agrária, vai fazer emergir um movimento social no campo que além da luta pela terra e por reforma agrária, vai articular esta demanda a um projeto de transformação social (Elias, 2012).

O MST enquanto movimento social

Sem dúvida, no Brasil, conforme já foi mencionado anteriormente, o MST se constitui como um importante movimento social de frente política, de luta e defesa de por um projeto de desenvolvimento hegemônico no país que de conta de abarcar as questões inerentes a questão agrária bem como a reforma agrária.

Em 1979 com a sombra da ditadura militar o MST foi gestado mais foi em 1984 que de fato o Movimento de fato nasceu travando muitas lutas em vários estados brasileiros, onde muitas lideranças começaram a surgir com o objetivo de promover a reforma agrária, fazendo valer por parte do Estado a lei.

Segundo Morissawa (2001) o MST constitui um movimento independente, nascido no interior das lutas travadas pela terra, buscando acabar com o monopólio da terra pela classe dominante. É importante salientar que o MST realiza a ocupação da terra e não invasão como é muitas vezes pregado pela mídia. De acordo com Morissawa (2001, p132):

Na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta.

O MST em sua luta pela reforma agrária, transformação da sociedade, possui diversas formas de luta como ocupação da terra; acampamento permanente; marchas; ocupação de prédios públicos; acampamentos nas capitais e diante de bancos; vigílias; manifestações em grandes cidades.

Desta forma, segundo Morissawa (2001) o movimento foi se desenvolvendo e se organizando em diversas frentes como: *frente da massa* que consiste em grupos de

famílias que realizam a conscientização e desenvolve-se nas manifestações, nas negociações, na conquista da terra. *Setor de Formação*: consiste no investimento na formação militante, sociopolítica, buscando compreender o sistema capitalista, bem como as razões históricas que leva o trabalhador a estar ali. *Setor de Educação*: escolas para crianças e alfabetização de jovens e adultos. *Setor de Produção*: consiste na cooperação agrícola como forma de resistência para enfrentar os problemas de falta de crédito agrícola para produção. *Sistema de Cooperativismo dos Assentados*: é voltada para discutir e encaminhar as dificuldades enfrentadas pelas famílias. *Outros Setores*: no processo de organização do MST foram se estabelecendo outros setores como: finanças; projetos; direitos humanos; relações internacionais, secretarias nacionais e estaduais. *As instancias de Representação*: são espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas de atuação.

Pensar sobre a origem e trajetória do MST nas palavras de Montaño, Duriguetto, (2011) é constituído por muitos acontecimentos de disputas pela ocupação da terra (*os autores supracitados em uma nota de rodapé do capítulo 2, parte III, p 276, ressaltam que o termo ocupação é politicamente diferente de invasão, sendo que este ultimo denota uma linguagem utilizado pelo Código Pena para punir crime de esbulho possessório. Tal termo, portanto, carrega uma lógica punitiva contraria ao direito da luta pela reforma agrária. Já o primeiro se designa a algo que não esta sendo utilizado (ou utilizado de forma legal) devendo, por isso, ser ocupado com o intuito de dar ao espaço uma utilidade social (Montaño, Duriguetto (2011), apud Morissawa (2001, p132). Contudo, as disputas pela ocupação da terra, se intensificaram a partir de 1978, e o fator gerador destas disputas foi o modelo de desenvolvimento capitalista burguês que buscava ampliar a modernização no campo.*

Tal modernização se daria pela alocação de medidas de estímulo ao grande capital na agricultura e a concentração da terra (Montaño, Duriguetto, 2011, p277):

...Esse modelo de desenvolvimento provocou transformações na agricultura gerando desemprego e migração dos camponeses para as cidades. Essa tendência é uma das bases do acelerado processo de urbanização da sociedade brasileira, transformando os camponeses em “exércitos industriais de reserva”, assalariados urbanos e “bóias frias”.

Entretanto, de acordo com Montañó, Duriguetto, (2011) apud Stedile e Fernandes, (1999), houve também os camponeses que resistiram no campo buscando outras formas de luta pela terra. As lutas pela terra motivadas pelo desenvolvimento contraditório e concentração fundiária que vinha ocorrendo intensificou os conflitos, principalmente no Estado de São Paulo e na região Sul do país onde foi o berço do MST.

Esta luta motivada por varias organizações e movimentos sociais como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT criada em 1975) apoiados pelos partidos políticos de esquerda com o Partido dos Trabalhadores (PT). Houve também agricultores familiares que se organizaram para reivindicarem o direito a terra. A partir dos anos de 1981, os trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidas na luta começaram a se organizar. Estas organizações culminou no 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, realizado em Janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no Estado do Paraná (Montañó, Duriguetto, 2011).

O MST, enquanto movimento social esta organizado em 23 estados do Brasil, o que vem a conferir sua forma política e ideológica ocupando segundo lugar na ocupação de terra perdendo apenas para o Paraguai. Os trabalhadores assentados estão organizados em cooperativas, associações coletivas e semicoletivas, associados também as centrais estaduais ligadas as Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrad). O MST foi surgindo em vários estados ao mesmo tempo, tornando-os um movimento coeso em torno de seus propósitos, a partir dos diversos eventos que reuniram suas lideranças e apoios. Morissawa, (2001)

A formação do MST engloba diversas categorias que foram montadas pelos próprios trabalhadores rurais como setor de produção, setor de cooperação e meio ambiente. Realizam também cursos de formação de militantes em parcerias com as universidades.

Os vários desafios colocados para o MST, uma grande vitoria foi trazer de volta as discussões acerca da questão agrária e da necessidade de se fazer a reforma agrária. Entretanto, de acordo com Montañó, Duriguetto (2011 p279)

O projeto político hegemônico do MST não se limita a realização da reforma agrária nos marcos do sistema capitalista, sendo seu horizonte de luta a

construção de uma nova sociedade igualitária e socialista. É inegável o potencial de confronto do movimento com o capitalismo, por apresentar propostas de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modelo vigente.

Sendo assim, de acordo com Montañó, Duriguetto, (2011) apud Stedile e Fernandes, (1999) reconhecendo a valorização da participação de cada integrante do movimento, enfatiza que o MST possui três características específicas: è um movimento popular, tem um componente sindical e possui um caráter político. O caráter popular consiste no fato de que todos os trabalhadores que lutam podem independentemente de sua condição como camponês, outros, podem participar. O caráter sindical e político consistem no fato de o movimento, salientar que a luta pela terra não se restringe ao caráter corporativo sindical, mas sim, envolve uma luta que aglutina interesses particulares corporativos, com os interesses de classe. Em suma, O MST luta por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade.

Em outras palavras o MST vem transformando a luta dos trabalhadores no campo numa mediação da luta de classes. Neste sentido, o MST também incorporou em suas lutas os trabalhadores excluídos da cidade e do meio rural. É um exemplo dessa articulação a relação com os movimentos sociais urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) Montañó, Duriguetto (2011).

A seguir segue o Programa de reforma agrária do MST contendo a plataforma com os objetivos para a reforma agrária no Brasil.

PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA DO MST-1984⁴,

Plataforma dos objetivos Gerais do MST-1984

Os trabalhadores sem terra, a partir da organização nas bases, em seus Estados, sentiram a necessidade de uma maior organização para a conquista da terra e de seus direitos e passaram a organizar o Movimento dos Sem Terra.

Reunidos em Cascavel-PR, em Janeiro de 1984, num “Encontro nacional”, com a participação de líderes de sem terra, sindicalistas, assessores e diversas entidades de

⁴Ver “A Questão Agrária No Brasil” –Programas de reforma agrária -1946-2003 de João Pedro Stedile 2005 .

classe de 14 Estados do país, discutiram e aprovaram os seguintes princípios do Movimento:

1º Quem consideramos sem terra

Trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 15 hectare.

2º princípios gerais

- 1- Lutar pela reforma agrária já.
- 2- Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo.
- 3- Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários.
- 4- Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família.
- 5- O Movimento dos Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política.

3º Princípios práticos

- 1- Unir-se na luta pela conquista da terra.
- 2- Articular-se as novas lutas através de encontros, visitas e trocas de experiência.
- 3- Fortalecer o Movimento no nível estadual e nacional.
- 4- Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos.
- 5- Unir a luta do campo, da cidade e dos irmãos indígenas.
- 6- Ampliar o Movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado.
- 7- Buscar apoio das entidades, sindicatos, igrejas e denunciar os que não assumem a luta.
- 8- Divulgar as lutas e conquistas.
- 9- Envolver e pressionar os sindicatos para que assumam, junto conosco, a luta e ajudar os novos sindicatos e também derrubar as diretorias pelegas.
- 10- O acesso a terra deve ser através da pressão e da luta.
- 11- Não queremos terra por crédito fundiário, por BNH rural ou outros projetos e fundos da terra, que só desviam as verdadeiras soluções para os nossos problemas.

- 12- Ao que conquistam a terra, trabalhar, cuidar e mostrar que quer terra para o trabalho e não para negócio.
- 13- Os que conquistam a terra devem continuar apoiando o Movimento, inclusive materialmente.
- 14- Em todas as conquistas da terra, deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra.
- 15- Somos contra a colonização do Norte e exigimos reassentamento dos sem terra nos Estados de origem.

4º Terras que reivindicamos e devemos conquistar

- 1- Terras multinacionais
- 2- Terras de latifúndios extensivos
- 3- Terras do Estado
- 4- As terras mal aproveitadas
- 5- As terra que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultoras.

Referencias Bibliograficas:

A questão agrária na década de 90 \ coordenado por João Pedro Stédile; Jacob Gorender... [ET AL.].-4.ed- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003 \ João Pedro Stédile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) –1. Ed. –São Paulo: Expressao popular, 2005. 240 p.

ELIAS, Michelly F. M. . A questão agrária e os movimentos sociais populares no Vale do Mucuri. In: 7º Encontro Nacional de Política Social, 2012, Vitória. Trabalho e Lutas Sociais no mundo hoje, 2012.

Montaño, Carlos

Estado, classe e movimento social \ Carlos Montaño, Maria Lúcia Duriguetto. – 2. Ed. –São Paulo: Cortez\2011.- (Bibliografia Basica de Serviço Social; v.5)

Morissawa, Mitsue

A história da luta pela terra e o MST \ Mitsue Morissawa. – São Paulo Cortez: Expressão popular, 2001. 256 p. : Il.

